



Número: **0805455-37.2017.8.15.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **10ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **08/02/2017**

Valor da causa: **R\$ 9.450,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
SILVANIA DIAS SANTOS DA SILVA (AUTOR)		LIDIANI MARTINS NUNES (ADVOGADO)	
MAPFRE (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
6523920	08/02/2017 14:49	<a href="#">Petição Inicial</a>	Petição Inicial
6523929	08/02/2017 14:49	<a href="#">PETIÇÃO INICIAL</a>	Outros Documentos
6524498	08/02/2017 15:06	<a href="#">Outros Documentos</a>	Outros Documentos
6524515	08/02/2017 15:06	<a href="#">Procuração Ad Judicia</a>	Outros Documentos
6524530	08/02/2017 15:06	<a href="#">Identificação da Genitora</a>	Outros Documentos
6524550	08/02/2017 15:06	<a href="#">Identificação do Menor</a>	Outros Documentos
6524564	08/02/2017 15:06	<a href="#">Declaração de Justiça Gratuita</a>	Outros Documentos
6524588	08/02/2017 15:06	<a href="#">Atendimento Hospitalar</a>	Outros Documentos
6524608	08/02/2017 15:06	<a href="#">Boletim Policial</a>	Outros Documentos
7530586	09/05/2017 12:28	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
10083041	06/10/2017 09:32	<a href="#">Carta</a>	Carta
16113196	22/08/2018 13:12	<a href="#">Documento de Comprovação</a>	Documento de Comprovação
16113226	22/08/2018 13:12	<a href="#">SILVANA DIAS - requerimento administrativo</a>	Documento de Comprovação
16964946	02/10/2018 19:04	<a href="#">Aviso de Recebimento</a>	Aviso de Recebimento
16964947	02/10/2018 19:04	<a href="#">ar</a>	Aviso de Recebimento
28736009	03/03/2020 16:31	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
28736025	03/03/2020 16:31	<a href="#">ar0805455372017</a>	Aviso de Recebimento
28736042	03/03/2020 16:34	<a href="#">Ato Ordinatório</a>	Ato Ordinatório
28752764	04/03/2020 09:24	<a href="#">Informações Prestadas</a>	Informações Prestadas

28752 769	04/03/2020 09:24	<a href="#">SILVANIA DIAS SANTOS DA SILVA - REQUER A ALTERAÇÃO DO POLO PASSIVO NOBRE EM FASE DE LIQUIDAÇÃO EXTRA</a>	Outros Documentos
32683 051	08/08/2020 10:18	<a href="#">Despacho</a>	Despacho

anexo



**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DA  
\_\_\_\_ VARA CÍVEL DA COMARCA DE JOÃO PESSOA - PB**

LUCAS SANTOS DA SILVA, brasileiro(a), menor de idade, 17 anos, sendo representado(a) neste ato pelo(a) seu(ua) genitor(a), SILVÂNIA DIAS SANTOS DA SILVA, brasileiro(a), casado(a), Professor(a), sob CPF nº 045.830.484-08, podendo ser intimado(a) na(o) Rua Epitácio Madrugá, n/s, Centro, Itapororoca/PB, por meio de sua advogada e procuradora infra-assinada e legalmente constituída nos termos do instrumento procuratório incluso, podendo receber intimações na Rua João Luiz Ribeiro de Moraes, nº 15 Centro, João Pessoa - PB, vem mui respeitosamente a prima face solicitar o benefício da justiça gratuita, com base na lei nº 1060/50 e ato contínuo, propor a presente AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT, POR INVALIDEZ PERMANENTE E DEFINITIVA - INVALIDEZ, em face da NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S/A, pessoa jurídica de direito privado, com endereço na Avenida Sinésio Guimarães, nº 301, Salas 03 a 05, Torre, João Pessoa/PB, CNPJ nº 85.031.334/0001-85, ancorado nas Leis n.º 6.194/74 e n.º 11.945/2009 e demais disposições à matéria pertinentes, pelos motivos fáticos e jurídicos que a seguir passa a expor.

**PRELIMINARMENTE****I - DA GRATUIDADE JUDICIAL - REQUERIMENTO DO BENEFÍCIO DA GRATUIDADE PROCESSUAL (LEI N. 1060/50, LEI N.º 7.115/1983 E ART.5º, LXXIV DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL QUE VERSA SOBRE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA):**

Se faz sabido que a litigância judicial decorre da necessidade da satisfação da composição de uma lide por um pronunciamento do poder julgador, que pode ser contra ou favorável às pretensões do(a) promovente. Assim, nos casos em que o litigante é "hipossuficiente", ou



seja, "pobre na forma da lei", quando se percebe uma remuneração mensal insuficiente para arcar com as despesas processuais sem se privar do necessário à sua subsistência, é imperativo legal que se garanta a assistência judiciária gratuita, mesmo não sendo defendido por Defensor Público, até porque quem ingressa em juízo o faz através de um advogado de sua inteira confiança. Portanto, à luz do que dispõe a lei nº. 1.060/50, aduz o art. 4º, que: "A parte gozará dos benefícios da assistência judiciária, mediante simples afirmação, na própria petição inicial, de que não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogados, sem prejuízo próprio ou de sua família".

Nesse norte, a parte promovente faz jus à concessão da Justiça gratuita, haja vista não possuir rendimentos suficientes para arcar com as custas processuais e demais despesas sem comprometer o sustento próprio e de sua família.

O direito do(a) requerente encontra guarida no art. 5º, LXXIV, da Constituição Federal, na Lei 1.060/50 (Lei de Assistência Judiciária Gratuita), no art. 5º, I, do Código de Defesa do Consumidor, bem como nas jurisprudências dos tribunais superiores, a exemplo da que se segue:

"PROCESSUAL CIVIL. GRATUIDADE DE JUSTIÇA. DECLARAÇÃO DO INTERESSADO. CONTRATAÇÃO DE ADVOGADO. IMPUGNAÇÃO REJEITADA. 1. Para a concessão do benefício da gratuidade de justiça é suficiente a declaração da parte no sentido de que não dispõe de condições financeiras para arcar com as despesas do processo, sem comprometer o sustento próprio e de sua família. 2. A constituição de advogado particular não se traduz em presunção de riqueza nem é incompatível com o deferimento de pedido de gratuidade judicial. 3. Recurso não provido. (20080110926130APC, Relator JOÃO MARIO SA, 3ª Turma Cível, julgado em 01/07/2009, DJ 17/07/2009 p. 18)."

Para tanto, e com fundamentação nos diplomas legais anteriormente expostos, o autor requer, desde já, os benefícios da gratuidade judiciária.

## **II - DOS FATOS :**

A parte autora foi vítima de acidente de trânsito, no dia 04/04/2016, acidente automobilístico, vindo este a cair ao solo, conforme Boletim de Ocorrência Policial em anexo.

Foi a vítima socorrida e teve atendimento hospitalar no COMPLEXO HOSPITALAR ORTOTRAUMA DE MANGABEIRA, em João Pessoa/PB, sendo submetido(a) a procedimentos médicos. O tratamento médico não foi capaz de restabelecer a normalidade



física da vítima, resultando em DEBILIDADE PERMANENTE E DEFINITIVA - INVALIDEZ, conforme atestam os laudos médicos, prontuários hospitalares e laudo traumatológico, todos à colação.

Assim, não restou alternativa a(o) demandante, senão pleitear a justa indenização a ele(a) devida, no que tange ao seguro obrigatório DPVAT, em razão da invalidez permanente que ora lhe acobertara, em total consonância às Leis n.º 6.194/74 e n.º 11.945/2009. Munido(a) da documentação necessária, vem pleitear da empresa promovida, por ser integrante do consórcio de seguradoras que operam o seguro DPVAT, o pagamento da indenização acima referida, no valor de R\$ 9.450,00 (nove mil, quatrocentos e cinquenta reais).

### **III - DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS:**

#### **DO SEGURO DPVAT (LEI N.º 6.194/74 E LEI N. 11.945/09):**

O seguro obrigatório DPVAT, instituído pela Lei n.º 6.194/74 tem por finalidade dar cobertura a danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não.

Considerando os dispositivos legais vigentes, com o disposto no inciso II do Art. 3º da Lei n.º 6.194/74, o(a) promovente faz jus ao benefício do Seguro Obrigatório DPVAT no valor de R\$ 13.500,00 (Treze mil e quinhentos reais), em razão da invalidez permanente que acometeu a vítima de acidente de trânsito, senão vejamos:

Art. 3º. Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:

[...]

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e (Incluído pela Lei n.º 11.482, de 2007).

[...]

§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo: (Incluído pela Lei n.º 11.945, de 2009).

I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou



funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e (Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009).

O art. 5º da lei n. 6.194/74 estabelece que a indenização será paga mediante simples comprovação do acidente e do dano decorrente, senão vejamos:

Art. 5º. O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

[...]

§ 5o O Instituto Médico Legal da jurisdição do acidente ou da residência da vítima deverá fornecer, no prazo de até 90 (noventa) dias, laudo à vítima com a verificação da existência e quantificação das lesões permanentes, totais ou parciais. (Redação dada pela Lei nº 11.945, de 2009).

De início, cumpre destacar que atualmente as VERBAS SECURITÁRIAS - (DPVAT) são regidas pela Lei n.º 11.945/2009, frente processo formal no legislativo da Lei n. 6.194/74, que foi modificada, advindo de Medida Provisória. Ao analisar a MP n. 451/2008. Nesse norte, as indenizações securitárias, que antes eram arbitradas em 40 (quarenta) salários mínimos, fora modificada em 31/05/2007, para um valor fixo de R\$ 13.500,00 (Treze Mil e Quinhentos Reais), e posteriormente, sofrendo nova modificação, passando a ser adotado o mencionado percentual, sobre o valor da lesão, em que mediante o grau da lesão e a sua área afetada, se resume em percentuais que versam sobre até 70% de uma invalidez parcial, ou a totalidade de até 100% de invalidez dita como total, em conformidade com a MP n. 340/06, MP n. 451/08, convertida na Lei n. 11.945/09;

#### **IV - DO PEDIDO:**

EX POSITIS, e pelo mais que dos autos consta, REQUER que se DIGNE VOSSA EXCELÊNCIA EM JULGAR O PEDIDO TOTALMENTE PROCEDENTE, declarando a inconstitucionalidade da Lei nº 11.945/09 condenando a seguradora promovida a pagar a parte autora, O SEGURO OBRIGATÓRIO - DPVAT - VERBA SECURITÁRIA, na quantia indenizatória equivalente à 9.450,00 (nove mil, quatrocentos e cinquenta reais), á título de DPVAT POR DEBILIDADE PERMANENTE E DEFINITIVA - INVALIDEZ, monetariamente corrigidos, com fulcro no que dispõe a das Leis n.º 6.194/74 e n.º 11.945/2009, em sua redação original. Vez que resta comprovado o acidente, bem como o dano decorrente, tudo



de acordo com as balizas fixadas pela Doutrina e Jurisprudência pátria, ainda, com juros moratórios e correção monetária a partir do evento danoso, nos moldes da Súmula 54 do Superior Tribunal de Justiça. E no mais, requer:

AB INÍCIO, requer a realização da PERÍCIA JUDICIAL, para ser constatada a DEBILIDADE DA PARTE AUTORA;

1- Requer ainda seja à parte promovente concedido OS BENEFÍCIOS DA JUSTIÇA GRATUITA, tomando por base a Lei nº. 1.060/50, pois caso o presente pleito venha a ser apreciado em grau recursal, não terá o(a) promovente, condições de arcar com as custas e demais despesas processuais, além dos honorários advocatícios sucumbenciais da parte ex adversa, sem prejuízo próprio ou de sua família, por ser pobre nos termos da lei A concessão dos benefícios da assistência judiciária gratuita, nos termos do art. 5º, LXXIV, da Constituição Federal, na Lei 1.060/50 (Lei de Assistência Judiciária Gratuita), ;

2- Pugna pela CITAÇÃO DA PROMOVIDA, no endereço supramencionado, constante da qualificação, por meio de carta com aviso de recebimento, nos termos da lei, com as advertências do art. 285 e as prerrogativas do art. 172, ambos do Código de Processo Civil, para querendo oferecer defesa no prazo legal, contestar o pedido da parte promovente, sob pena de não o fazendo, seja decretada a revelia e confissão tácita dos fatos narrados em sede de petição inicial;

3- Alega PROVAR OS FATOS POR TODOS OS MEIOS DE PROVA EM DIREITO ADMITIDOS, especialmente por meio de prova documental, por se tratar de matéria exclusivamente de direito;

4- Pugna pela condenação da promovida em CUSTAS JUDICIAIS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS À RAZÃO HABITUAL DE 20% SOBRE O VALOR DA CONDENÇÃO, devidamente corrigidos, caso venha a ser utilizado o disposto na legislação;

5- Por fim, requer, ao trânsito em julgado do decisum, seja dado início ao processo de EXECUÇÃO, INDEPENDENTE DE NOVA CITAÇÃO, em não havendo cumprimento da obrigação naquele referido, conforme preceitua a legislação.

Dá-se à causa, o valor de R\$ 9.450,00 (nove mil, quatrocentos e cinquenta reais), para efeitos meramente fiscais.





Termos em que,  
Pede deferimento.



Dra. Lidiani Martins Nunes  
OAB no. 10244/PB



anexo



**PROCURAÇÃO "AD JUDICIA"**

Pelo presente instrumento particular de procuração, **LUCAS SANTOS DA SILVA**, brasileira, menor de idade, 17 anos, com CPF n.º 136.263.764-51, neste ato representada por sua Genitora e representante legal, a sr<sup>a</sup> **SILVÂNIA DIAS SANTOS DA SILVA**, brasileira, casada, inscrito no CPF sob o no. 045.830.484-08, residente na Rua Epitácio Madruga, n/s, Centro, Itapororoca/Paraíba, e constitui como sua bastante procuradora **Dra. LIDIANI MARTINS NUNES, OAB/PB n.º 10244**, brasileira, casada, advogada, com escritório localizado na Av. João Luis Ribeiro de Moraes, no. 15, João Pessoa/PB, fone: (83) 3241-1843. **PODERES:** Pelo presente instrumento particular que assino, nomeio e constituo como bastante procuradora, a outorgada supra qualificada, outorgando-lhe plenos e especiais poderes, incluindo os das cláusulas extra e ad judicium para representar a outorgante em quaisquer instâncias, Juízos ou Tribunais, repartições e órgãos da Administração Pública direta ou indireta, Federal, dos Estados ou dos Municípios, podendo praticar, conjunta ou separadamente, todos os atos que se fizerem necessários ao bom e fiel cumprimento deste mandato, inclusive, propor quaisquer ações, defender nas que forem propostas, recorrer em qualquer Instância ou Tribunal, podendo, ainda, firmar os documentos necessários, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre que se funda a ação, receber, dar quitação e firmar compromisso, substabelecer a presente no todo, ou em parte, com ou sem reserva de poderes e todos os demais poderes necessários para o bom e fiel cumprimento deste mandato, confessar, reconhecer a procedência do pedido, podendo inclusive a outorgada receber alvará nominal a(o) outorgante, e praticar todos os atos necessários para o bom e fiel desempenho deste mandato. Desde já fixo **HONORÁRIOS CONTRATUAIS** de 30% (Trinta por cento), independente dos sucumbenciais. E desde já autorizo a expedir alvará judicial de honorários contratuais separados, nos próprios autos do processo judicial (DPVAT), perante a Justiça Estadual.

João Pessoa, 13 de Julho de 2016

OUTORGANTE: Silvânia Dias Santos da Silva**SILVÂNIA DIAS SANTOS DA SILVA**

CPF sob o no. 045.830.484-08





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA PARAIBA  
SECRETARIA DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL  
INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA  
DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

1.85

*Silvania Dias Santos da Silva*

CARTEIRA DE IDENTIDADE




VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO 2.345.890 - 2 VIA DATA DE 17/09/2007

Nome MIGUEL JOSÉ DOS SANTOS

PRENOME SOBLY DIAS DOS SANTOS

NATURALIDADE PARAÍBA/PB

CASAM N. 4245 FLS. 45 LIV. B12

END. CARTEIRO PARAÍBA/PB

CPF 0451830.484-08

DATA DE NASCIMENTO 25/05/1979

ASSINATURA DO DETENTOR

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL

IDENTIFICAÇÃO BIOMÉTRICA

Nome do Eleitor SILVANIA DIAS SANTOS DA SILVA

DATA DE NASCIMENTO 25/05/1979

NASCIMENTO 0231 0226 1287

MANICHO/UF ITAPOROCICA/PB

JUIZ ELEITORAL

DATA DE EMISSÃO 10/09/2013

ZONA 007

SEÇÃO 0022

Assinado eletronicamente por: LIDIANI MARTINS NUNES - 08/02/2017 15:05:44

http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=1702081503306000000006402886

Número do documento: 1702081503306000000006402886

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Receita Federal  
Cadastro de Pessoas Físicas

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

Nome SILVANIA DIAS SANTOS DA SILVA

Número 045.830.484-08

Nascimento 25/05/1979

VALIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA PARAÍBA  
SECRETARIA DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL  
INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA  
DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

P-065




*Lucas Santos da Silva*  
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL IDENTIFICAÇÃO BIOMÉTRICA

NOME DO ELEITOR  
**LUCAS SANTOS DA SILVA**

DATA DE NASCIMENTO 21/05/1999 Nº INSCRIÇÃO 0474 2307 1228 D.V. 007 ZONA 0149 SEÇÃO

MUNICÍPIO / UF  
TAPOROROCA/PB DATA DE EMISSÃO 26/04/2016

JURAMENTO ELEITORAL

VALIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 4.416.326 DATA DE EXPEDIÇÃO 07/03/2016

NOME **LUCAS SANTOS DA SILVA**

FILIAÇÃO **RONALDO VASCONCELOS DA SILVA  
SILVANIA DIAS SANTOS DA SILVA**

NATURALIDADE **JOÃO PESSOA-PB** DATA DE NASCIMENTO 21/05/1999

DOC ORIGEM **NASC.N. 4558 FLS.107V LIV.A 06  
CARTORIO CURRAL DE CIMA PB**

CPF 136.263.764-51

*Lucas Santos da Silva*  
ASSINATURA OU IMPRESSÃO DIGITAL DO ELEITOR

VALIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

POLEGAR DIREITO

*Lucas Santos da Silva*  
ASSINATURA OU IMPRESSÃO DIGITAL DO ELEITOR

VALIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL

CÓDIGO DE CONTROLE  
**4C0D.E885.78A7.E80B**

A autenticidade deste comprovante deverá ser confirmada na Internet, no endereço  
**www.receita.fazenda.gov.br**

Comprovante emitido pela  
Secretaria da Receita Federal do Brasil  
às 21:15:42 do dia 04/02/2016 (hora e data de Brasília)  
dígito verificador: 00

MINISTÉRIO DA FAZENDA

**Receita Federal**  
Cadastro de Pessoas Físicas

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

Número  
**136.263.764-51**

Nome  
**LUCAS SANTOS DA SILVA**

Nascimento  
**21/05/1999**

VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO



## DECLARAÇÃO DE JUSTIÇA GRATUITA

Eu, **SILVÂNIA DIAS SANTOS DA SILVA**, brasileiro(a), casado(a), Professor(a), portador(a) do CIC nº 045.830.484-08, residente e domiciliado(a) à Rua Epitácio Madruga, n/s, Centro, Itapororoca/PB. **DECLARO**, para todos os fins de direito e sob as penas da lei, que não tenho condições de arcar com as despesas inerentes ao presente processo, sem prejuízo do meu sustento e de minha família, necessitando, portanto, da **Gratuidade da Justiça**, com fulcro no art. 5º, inciso LXXIV da Constituição Federal e nos arts. 98 e seguintes do Código de Processo Civil (Lei Federal n. 13.105, de 16 de março de 2015), *in verbis*:

*"Art. 98 – A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei.*

*§ 1º A gratuidade da justiça compreende:*

*I – as taxas ou as custas judiciais;*

*II – os selos postais;*

*III – as despesas com publicação na imprensa oficial, dispensando-se a publicação em outros meios;*

*IV – a indenização devida à testemunha que, quando empregada, receberá do empregador salário integral, como se em serviço estivesse;*

*V – as despesas com a realização de exame de código genético – DNA e de outros exames considerados essenciais;*

*VI – os honorários do advogado e do perito e a remuneração do intérprete ou do tradutor nomeado para apresentação de versão em português de documento redigido em língua estrangeira;*

*VII – o custo com a elaboração de memória de cálculo, quando exigida para instauração da execução;*

*VIII – os depósitos previstos em lei para interposição de recurso, para propositura de ação e para a prática de outros atos processuais inerentes ao exercício da ampla defesa e do contraditório;*

*IX – os emolumentos devidos a notários ou registradores em decorrência da prática de registro, averbação ou qualquer outro ato notarial necessário à efetivação de decisão judicial ou à continuidade de processo judicial no qual o benefício tenha sido concedido."*

João Pessoa, 13 de Julho de 2016

*Silvânia Dias Santos da Silva*  
**SILVÂNIA DIAS SANTOS DA SILVA**  
CIC: 045.830.484-08





## CERTIDÃO

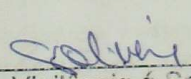
Nº. 0775/2016

Atendendo solicitação de SILVÂNIA DIAS SANTOS DA SILVA e de acordo com buscas procedidas no Serviço de Arquivo Médico e Estatística – SAME do Complexo Hospitalar Mangabeira Governador Tarcísio Burity, certifico a constatação de Ficha de Atendimento Ambulatorial Nº 841404 e Prontuário Nº 2016.04.000359 pertencentes a **LUCAS SANTOS DA SILVA**, que foi atendido no dia 04/04/2016 às 21H34min, vítima de queda de moto, apresentando trauma em pé esquerdo.

Submetido a avaliação médica e exame de imagem que evidenciou fratura do 4º metatarso esquerdo. Realizado procedimento cirúrgico dia 19/04/2016. Alta dia 20/04/16.

E para constar eu, Sônia Maria Maciel Pontes de Oliveira, Médica da Vigilância à saúde, dato e assino a presente certidão.

João Pessoa, 06 de Junho de 2016

  
Médica da Vigilância à Saúde  
CRM/PB 2959





Secretaria da  
**Segurança e da Defesa Social**  
Delegacia Geral de Polícia Civil  
Delegacia Geral Da Polícia Civil  
1ª Superintendência Regional De Polícia Civil  
Delegacia Especializada De Acidentes De  
Veículos Da Capital



**GOVERNO  
DA PARAÍBA**



**CERTIDÃO DE REGISTRO DE Ocorrência**  
**Nº 01393.01.2016.1.02.202**

CERTIFICO, em razão de meu ofício e a requerimento verbal de pessoa interessada, o Registro de Ocorrência Policial Nº 01393.01.2016.1.02.202, cujo teor agora passo a transcrever na íntegra: Ao(s) 27 dias do mês de Julho de 2016, nesta cidade de João Pessoa, Delegacia Especializada De Acidentes De Veículos Da Capital, presente o(a) Delegado(a) de Polícia Civil Policial, **FRANCISCO DEUSDEDIT LEITÃO FILHO**, comigo, **CARLOS ANTÔNIO DUARTE FÉLIX**, Escrivão De Polícia, às 15:49 horas, compareceu **SILVÂNIA DIAS SANTOS DA SILVA**, nacionalidade BRASILEIRA, profissão Professora, naturalidade Mamanguape, data de nascimento 25 de Maio de 1979, idade 37, filiação Suely Dias dos Santos e Miguel José dos Santos, Documento - CPF: 045.830.484-08, residente Rua Projetada, SN, [NÃO INFORMADO], na cidade de Itapororoca/PB, telefone (83) 98843-3928

**DADO(S) DO(S) FATO(S)**

Ocorrência 1:

Data/Hora do Fato: 04/04/16 17:00

Tipo do Local: VIA FORA DO PERÍMETRO URBANO (RODOVIA, ESTRADA, ETC)

Local do Fato: [NÃO INFORMADO], Itapororoca - PB

**E NOTIFICOU O SEGUINTE:**

QUE, no dia 04/04/16, por volta das 17:00h, quando seu filho de nome LUCAS SANTOS DA SILVA, brasileiro, natural de João Pessoa/PB, com 17 anos de idade, Estudante, RG. 4.416.326-SSP/PB, se encontrava como carona numa motocicleta de marca HONDA, cor preta, de placa não sabida, conduzida por um amigo de identidade não sabida da notificante, na ocasião que este trafegava estrada da cidade de Itapororoca/PB, ao desviar de um animal que cruzou à sua frente, perdeu o controle de direção caindo ao solo, e que em decorrência desse fato LUCAS SANTOS DA SILVA veio a sofrer fratura do 4º metatarso esquerdo, sendo conduzido ao Complexo Hospitalar de Mangabeira, onde se submeteu a procedimentos médicos.

Procedimento: 01393.01.2016.1.02.202



Assinado eletronicamente por: LIDIANI MARTINS NUNES - 08/02/2017 15:06:02

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=17020815045238500000006402963>

Número do documento: 17020815045238500000006402963

Num. 6524608 - Pág. 1



**Nº do Processo: 0805455-37.2017.8.15.2001**  
**Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM (7)**  
**Assuntos: [ACIDENTE DE TRÂNSITO]**  
**AUTOR: SILVANIA DIAS SANTOS DA SILVA**  
**RÉU: NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S/A**



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA**  
**10ª Vara Cível da Capital**

PROCESSO Nº 0805455-37.2017.8.15.2001

PROCEDIMENTO COMUM (7)  
[ACIDENTE DE TRÂNSITO]

AUTOR: SILVANIA DIAS SANTOS DA SILVA  
RÉU: NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S/A

**CARTA DE CITAÇÃO**

De ordem do MM Juiz de Direito deste Juízo, em cumprimento ao despacho proferido nos autos da ação acima identificada, nos termos do art. 246 do CPC, **CITO** Nome: NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S/A, na pessoa do seu representante legal, no Endereço: Avenida Sinésio Guimaraes, 301, sls 03 a 05, Torre, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58000-000, para que tome conhecimento de todo o conteúdo da Ação supra, e, querendo, contestá-la, no prazo de **15** (quinze) dias, nos termos do artigo 335 do CPC. A contestação deverá ser elaborada e instruída nos moldes do art. 344 do CPC.

**ADVERTÊNCIA:** Caso o promovido(a), ora citado(a), não ofereça(m) contestação, serão presumidos como verdadeiros os fatos alegados contra ele(a).

JOÃO PESSOA-PB, 6 de outubro de 2017.

**ALVARO TADEU RODRIGUES**  
Técnico Judiciário



**PARA VISUALIZAR A CONTRAFÉ ACESSE O LINK:**

<https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

**NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO:**

17020814463874800000006402297



Assinado eletronicamente por: ALVARO TADEU RODRIGUES - 06/10/2017 09:32:38

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=17100609323493400000009859139>

Número do documento: 17100609323493400000009859139

anexo



ECT - EMP. BRAS. DE CORREIOS E TELEGRAFOS  
Ag: 30300011 - AC CENTRAL DE JOAO PESSOA  
JOAO PESSOA - PB  
CNPJ: 340231636/2003 Ins. Est.: 160745900

COMPROVANTE DO CLIENTE

Cliente: SEGUROADORA LIDER CONSOR SEGU  
CNPJ/CPF: 09248508000104  
Doc. Post.: 277018546  
Contrato: 9912230636 Cod. Adm.: 11205709  
Cartao: 62267695

Movimento: 23/04/2018 Hora: 13:18:49  
Caixa: 86121527 Matrícula: 84787033  
Lancamento: 012 Atendimento: 00009  
Modalidade: A Faturar ID Tiquete: 1461752220

DESCRICAO	QTD.	PRECO(R\$)
SEGURO DPVAT ATE 30	1	21,75*
Valor do Porte(R\$):	21,75	
Peso real (G):	70	
CNPJ/CPF Remet: 13620376451		
Nome Remetente: LUCAS SANTOS DA SILVA		
Endereco Remet: RUA EPTACIO MADRUGA, SN -		
Cont. Endereco: CENTRO		
Cep Remetente: 58275-000		
Cidade Remet: ITAPOROROCA		
UF Remet: PB		
POSTAL RESPOSTA DPV	1	23,00*
Valor do Porte(R\$):	23,00	
Cep Destino: 20031-205 (RJ)		
Peso real (G):	70	
OBJETO: DY2423085/68R		

TOTAL DO ATENDIMENTO(R\$) 49,75

Valor Declarado nao solicitado(R\$)  
No caso de objeto com valor,  
utilize o servico adicional de valor declarado.

A FATURAR

Reconheço a prestação do(s) serviço(s) acima  
prestado(s), o(s) qual(is) passarei mediante  
apresentação de fatura. Os valores constantes  
deste comprovante poderão sofrer variações de  
acordo com as cláusulas contratuais.

Nome: RG:  
Ass. Responsável:

SERV. POSTAIS: DIREITOS E DEVERES LEI 6538/78

Encomenda cilíndrica ou esférica  
implica cobrança adicional de R\$ 20,00.

VIA-CLIENTE SARA 7.8.01

Documentos necessários para a emissão do documento  
(1) Comprovante de Atto Declaratório - quando necessário

Cliente: SEGUROADORA LIDER CONSOR SEGU  
CNPJ/CPF: 09248508000104  
Doc. Post.: 277018546  
Contrato: 9912230636 Cod. Adm.: 11205709  
Cartao: 62267695

Movimento: 23/04/2018 Hora: 13:18:49  
Caixa: 86121527 Matrícula: 84787033  
Lancamento: 012 Atendimento: 00009  
Modalidade: A Faturar ID Tiquete: 1461752220

DESCRICAO	QTD.	PRECO(R\$)
SEGURO DPVAT ATE 30	1	21,75*
Valor do Porte(R\$):	21,75	
Peso real (G):	70	
CNPJ/CPF Remet: 13620376451		
Nome Remetente: LUCAS SANTOS DA SILVA		
Endereco Remet: RUA EPTACIO MADRUGA, SN -		
Cont. Endereco: CENTRO		
Cep Remetente: 58275-000		
Cidade Remet: ITAPOROROCA		
UF Remet: PB		

DESCRICAO	QTD.	PRECO(R\$)
POSTAL RESPOSTA DPV	1	23,00*
Valor do Porte(R\$):	23,00	
Cep Destino: 20031-205 (RJ)		
Peso real (G):	70	
OBJETO: DY2423085/68R		

Valor declarado no ato da fatura  
No caso de objeto com valor,  
utilize o servico adicional de valor declarado.

A FATURAR

Reconheço a prestação do(s) serviço(s) acima  
prestado(s), o(s) qual(is) passarei mediante  
apresentação de fatura. Os valores constantes  
deste comprovante poderão sofrer variações de  
acordo com as cláusulas contratuais.

Nome: RG:  
Ass. Responsável:

SERV. POSTAIS: DIREITOS E DEVERES LEI 6538/78

Encomenda cilíndrica ou esférica  
implica cobrança adicional de R\$ 20,00.

VIA-CLIENTE SARA 7.8.01

Entrega à Receita Federal, ou  
entregando a unidade estadual

URTA MORTE

da: ( ) Sim ( ) Não

oante de residência em  
cia (original).  
ocumentos que confirmem

COBERTURA SOLICITADA

( ) DADS

SEGURO DPVAT - PROTOCOLO DE RECEPÇÃO DE DOCUMENTOS

DOCUMENTOS BÁSICOS DA COBERTURA DE MORTE

( ) Registro de Ocorrência Policial - original ou cópia autenticada ( ) Sim ( ) Não  
( ) Certidão de óbito da vítima - cópia autenticada: ( ) Sim ( ) Não

LIDER  
Seguradora

## CERTIDÃO

Certifico que o Aviso de Recebimento (AR) foi devolvido nesta data e anexado ao Autos.

JOÃO PESSOA

2 de outubro de 2018

ALVARO TADEU RODRIGUES





Correios  
Brasil

AVISO DE  
RECEBIMENTO  
AVIS CN07

(CÓDIGO DE BARRAS OU Nº DE REGISTRO DO OBJETO)  
JO 358077488 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT 04/10/2018

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT PB

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

30/08/18	04/08/18	03/09/18
14:54 h	13:25 h	12:12 h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

CARTÓRIO DA 1ª VARA CÍVEL DE  
JOÃO PESSOA-PB

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

Av. João Machado, S/N - Centro  
CEP 58013-522 - João Pessoa-PB

CIDADE / LOCALITÉ

UF

BRASIL  
BRÉSIL

ENDEREÇO PARA  
DEVOLUÇÃO  
RETOUR

( ETIQUETA OU CARIMBO MP )

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

**AR**

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE			
NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE			
JOSE LEONARDO DE SAUS ST.			
ENDERECO / ADRESSE			
XV Sítio Limoeiro 301 - 80.800-05			
CEP / CODE POSTAL	CIDADADE / LOCALITE	UF	PAIS / PAYS
58000-000	Limoeiro	PE	BRA
DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (OBJETO) / VERIFICATION / DISCRIMINATION			
Carta Citacao.			
Proc. nº 0805455-37.2017			
ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RECEPTEUR		DATA DE RECEBIMENTO / DATE DE LIVRATON	CARIMBO DE ENTREGA / UNIDADE DE DESTINO / BUREAU DE DESTINATION
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RECEPTEUR			
Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR		RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO / SIGNATURE DE L'AGENT	
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERS			

75240203-0

FC0463 / 16

114 x 186 mm







**ESTADO DA PARAÍBA  
PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA  
10ª Vara Cível da Capital**

---

PROCESSO Nº 0805455-37.2017.8.15.2001

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)  
[ACIDENTE DE TRÂNSITO]

AUTOR: SILVANIA DIAS SANTOS DA SILVA  
RÉU: NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S.A - EM LIQUIDACAO

**CERTIDÃO DE JUNTADA DE DOCUMENTO**

Certifico e dou fé que, nesta data, faço JUNTADA aos presentes autos do(s) documento(s) em anexo.

10ª Vara Cível da Capital-Pb, 3 de março de 2020.

**ALVARO TADEU RODRIGUES**

Técnico Judiciário





Correios  
Brasil

AVISO DE  
RECEBIMENTO  
AVIS CN07

JO 36311332 0 BR  
(CÓDIGO DE BARRAS OU Nº DE REGISTRO DO OBJETO)

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

04/11/17	08/11/17	13/11/17
16:45 h	16:58 h	13:05 h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

ENDEREÇO PARA  
DEVOLUÇÃO  
RETOUR

(ETIQUETA OU CARIMBO MP)



TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
DO ESTADO DA PARAÍBA

0805455-37-2017.

Interp.

**Carta**  
9912283594-DR/PB  
TJ-PB

EMPRESA E TELEGRAFOS

Mudou-se

Descontado

Rocustado

Endereço Insuficiente

Não existe número

Endereço

Endereço

Endereço

Endereço

Endereço

Endereço

Endereço

Endereço

Endereço

Endereço

Endereço

Endereço

Endereço

Endereço

Endereço

Endereço

Endereço

Endereço

Endereço

Endereço

Endereço

Endereço

Endereço

Endereço

Praga João Pessoa, s/n • CEP: 58013-902 João Pessoa - Paraíba  
PABX: (83) 3216-1400 • www.tjpb.jus.br

AV. Américo Quintanilha, 301 sls 03 a 05  
João Pessoa - PB  
58000-000

REGISTRADO URGENTE  
REGISTERED PRIORITY

AR ☐ MP ☐  
PESO / WEIGHT (kg)  
363113320 BR





**PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
ESTADO DA PARAÍBA**

---

**10ª Vara Cível da Capital**

AV JOÃO MACHADO, S/N, - até 999/1000, CENTRO, JOÃO  
PESSOA - PB - CEP: 58013-520

**ATO ORDINATÓRIO**

**Nº DO PROCESSO: 0805455-37.2017.8.15.2001**

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: SILVANIA DIAS SANTOS DA SILVA

RÉU: NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S.A - EM LIQUIDACAO

De acordo com o art. 203, § 4º do CPC, dos atos ordinatórios, abro vista a parte autora para se manifestar, acerca do aviso de recepção, querendo, no prazo de 15 dias.

JOÃO PESSOA, 3 de março de 2020.

ALVARO TADEU RODRIGUES

Técnico Judiciário



anexo



**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A)  
DO(A) 10A. VARA CIVEL DE JOÃO PESSOA - PB**

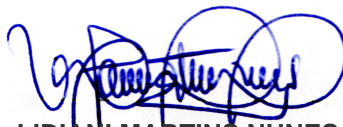
**Processo de no. 0805455-37.2017.8.15.2001**

**SILVANIA DIAS SANTOS DA SILVA**, devidamente qualificado(a), nos autos da **Ação de DPVAT**, sob o número **0805455-37.2017.8.15.2001**, por intermédio de seu advogado(a) e bastante procurador(a), vem mui respeitosamente, a presença de Vossa Excelência, **REQUERER:**

Requer o deferimento da alteração do polo passivo da demanda, uma vez que a Nobre seguradora se encontra em liquidação extrajudicial, sendo assim, solicito a alteração do polo passivo da lide para fins de CITAÇÃO da MAPFRE VERA CRUZ PREVIDÊNCIA S/A, localizada na Av. Presidente Epitácio Pessoa, n.723, centro, João Pessoa/PB, Cnpj n.º 61.074.175/0082-01.

Termos em que pede deferimento.

João Pessoa, 04 de Março de 2020

  
**LIDIANI MARTINS NUNES**  
OAB NO. 10244/PB





**Poder Judiciário da Paraíba**  
**10ª Vara Cível da Capital**

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0805455-37.2017.8.15.2001

**DESPACHO**

Vistos, etc.

Defiro o pedido de alteração do polo passivo da demanda, de modo que doravante passe a constar como parte demandada a VERA CRUZ PREVIDÊNCIA S/A, localizada na Av. Presidente Epitácio Pessoa, n.723, centro, João Pessoa/PB, a qual deverá ser citada para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar defesa, sob pena de revelia.

À escrivania, para as anotações necessárias e devido cumprimento.

João Pessoa, 08 de agosto de 2020.

***R i c a r d o***  
***Juiz de Direito***

***d a***

***S i l v a***

***B r i t o***

